

## SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- RN

# Estudo Técnico Preliminar 5/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08420.002675/2025-11

## 2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Preliminar tem o objetivo de efetuar a análise de viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência para a contratação de empresa especializada **na Prestação de serviços de Técnico em Edificações**.

A contratação está amparada no **Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018** e se justifica-se em decorrência das seguintes situações:

A Polícia Federal possui em suas Unidades o Grupo Técnico em Edificações, que entre suas atribuições estão:

- Realizar estudos relativos à execução de obras e serviços de engenharia (construção, ampliação, reforma, adaptação, reparação, restauração, conservação, demolição e remoção de benfeitorias e instalações), além de elaborar estudos e propor prioridades para a locação de instalações no âmbito da unidade descentralizada
  - Cumprir as normas e diretrizes relativas às atividades de projeto, obra, serviços de engenharia e manutenção predial de edificações emanadas das unidades centrais;
  - Controlar e fiscalizar o emprego dos recursos destinados a projeto, obra, serviços de engenharia e manutenção predial de edificações das unidades descentralizadas;
  - Executar, controlar e fiscalizar a manutenção preventiva e corretiva das edificações;
- 
2. Acompanhar, controlar e promover as atividades de projeto e implantação de sistemas de manutenção predial locais;
  3. Orientar, controlar e fiscalizar a execução de contratos com empresas prestadoras de serviços da área de engenharia e arquitetura;
  4. Realizar vistoria técnica anual emitindo Relatório de Inspeção Anual da Situação Física das Unidades da Polícia Federal
  5. Emitir parecer técnico sobre situação de imóveis, benfeitorias e instalações, quando determinado;
- 
7. Propor o orçamento de suas atividades, executando-o de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos;
  8. Apoiar tecnicamente, processo licitatório referente à contratação e execução de projetos, obras e serviços de engenharia no âmbito da unidade descentralizada;
  9. Providenciar o fiel cumprimento dos contratos, no âmbito restrito da área técnica de atuação, celebrados para execução de projetos, obras e serviços de engenharia, tomando para isso todas as providências técnico-legais pertinentes à fiscalização;
  10. Manter registro atualizado de plantas dos prédios das unidades descentralizadas subordinadas, bem como das obras e serviços de engenharia realizados, inclusive com a indicação das condições de entrega das obras e de execução dos serviços;
  11. Para apoiar o GTED nas suas atividades materiais, acessórias, instrumentais ou complementares estuda-se a contratação de **Técnico em Edificações**, com a Classificação Brasileira de Ocupações - **(CBO) 3121-05**, que tem entre suas atribuições:
  12. Elaborar desenhos topográficos e desenvolver cálculos;
  13. Elaborar, dentro dos limites legais, projetos de obras civis, de estrutura de concreto e metálica, além de outros de caráter estrutural (instalações elétricas, hidrossanitárias, facilities e segurança etc. ), compatibilizando os projetos para eliminar interferências;
  14. Legalizar projetos de obras, providenciando documentos e os encaminhando para aprovação pelos órgãos competentes;
  15. Controlar prazo e solicitar aprovação de vistoria;
  16. Providenciar encerramento de obra;
  17. Organizar arquivos técnicos;
  18. Elaborar plano de trabalho, definindo logística e propondo cronograma de execução;
  19. Analisar a viabilidade econômica e técnica da introdução de inovações tecnológicas no processo construtivo, tais como robôs, alumínio transparente, bioconcreto, concreto feito de compósitos recicláveis, novos pré-moldados, contrapisos autonivelantes, entre outras;
  20. Dimensionar equipes de trabalho e lista máquinas, equipamentos e ferramentas;

21. Supervisionar o canteiro de obras, racionalizando o trabalho e o uso de materiais, solucionando problemas de execução, padronizando procedimentos e acompanhando os resultados dos serviços;
22. Elaborar e e analisar relatórios técnicos, tendo em vista o controle tecnológico e suas aplicações em obras de construção civil. Pode utilizar BIM (Building Information Modeling ou Modelagem da Informação da Construção), conjunto de tecnologias e processos integrados que permite a criação, o uso e a atualização de modelos digitais de uma construção, potencialmente servindo a todos os participantes do empreendimento, durante todo o ciclo de vida da construção;
23. Também pode prestar assistência técnica para construção e reforma de obras, realizando diagnósticos, propondo soluções técnicas e tecnológicas para realização de reparos e de revitalização ou modernização (retrofitting).

Até o advento da **Lei 13.467/2017**, que dispõe, entre outras matérias, das relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros, a terceirização era admitida pela doutrina e jurisprudência para serviços meramente instrumentais, tais como: limpeza, segurança, transporte e alimentação, as chamadas atividades-meio. Atualmente, a nova lei permite a terceirização de qualquer tipo de atividade, ligadas ao objeto final ou consideradas complementares.

Com a contratação dos serviços de apoio ora pleiteado, para auxiliar o Grupo Técnico em Edificações, pretende-se, como consequência imediata, a otimização dos recursos humanos efetivos, a economicidade para a Administração na outorga de atividades meramente acessórias para mão de obra terceirizadas, aumentando a produtividade nas áreas meio e fim, que só possam ser executadas por servidores de carreira.

Destaca-se, ainda, que pela natureza do serviço de apoio, não é viável sua contratação por outra unidade de medida que não o posto de trabalho, visto que não há como definir quantitativamente o resultado da contratação pelo tipo de serviço a ser executado por um técnico em edificações. Nesse sentido justifica-se a necessidade da contratação por postos de trabalho, em conformidade com a **Instrução Normativa (IN) 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP)**.

A contratação tem como objetivo prover as áreas de atuação do Grupo Técnico em Edificações, de apoio técnico, a fim de possibilitar um aumento na produtividade desse setor, na medida em que desonera os servidores de tarefas materiais e acessórias que possam ser desenvolvidas por terceirizados.

Assim sendo, para preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada torna-se necessária a terceirização dos serviços de técnico em edificações, que, por sua vez, encontra amparo legal do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, na Portaria 443/2018-MPOG e na **IN 05/2017-SEGES/MP** e suas atualizações.

Por se tratar de prestação de serviços com alocação de posto de trabalho, apesar das especificidades do referido posto, entende-se que podem ser enquadrados como serviços comuns.

Os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constitui área de competência legal do órgão.

Ressalte-se que a função de técnico em edificações não há cargo com atribuições idênticas ou similares na estrutura da PF.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SELOG/SR/PF/RN	Felipe de Freitas Formiga

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação conforme disposto a seguir:

## Requisitos para Serviço Continuado

O empregado da contratada deverá ficar à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;

A disposição da mão de obra deverá ser de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a depender da Convenção Coletiva de trabalho a que a Empresa estiver vinculada, no período diurno de segunda a sexta-feira.

## Requisitos Temporais – vigência do contrato:

Como será apenas uma vaga a ser contratada por esta UASG, para estímulo da competitividade e economia de escala, a vigência do contrato deverá ser de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis, limitada a 120 (cento e vinte) meses, nos termos do artigo 106 da Lei 14.133/2021, a contar da data da assinatura do contrato e a critério da administração. Essa vigência do contrato mais dilatada permitirá que as empresas vencedoras do certame possam ofertar melhores propostas contando com tempo necessário para obter retorno sobre o investimento alocado no contrato e, ainda, com expectativa de renovação contratual por até 10 (dez) anos. Além disso, um contrato com vigência mais prolongada, reduz os custos internos com renovações e aditivos.

## Requisitos de qualificação técnica:

Atestado(s) ou Certidão(es) de comprovação de aptidão técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que evidencie que a licitante executou ou executa serviços pertinentes (serviços de fornecimento de mão de obra) e compatíveis com o objeto da licitação devendo o quantitativo apresentado no(s) atestado(s) ser de no mínimo um (01) de posto de trabalho contratado, com um período mínimo de 12 (doze) meses. A exigência de atestados de capacidade técnica e econômica se justifica como comprovante de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais, e como barreira para empresas recém-abertas e sem expertise no mercado e sem qualificações use um contrato da Polícia Federal para experimentação, colocando em risco os serviços fins do Órgão.

A escolaridade mínima de nível médio para o profissional técnico deverá ser comprovada pela Contratada, mediante a apresentação de diploma ou certificado emitido por instituição legalmente reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

Registro no **Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT)** ou **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)**;

Para preenchimento dos postos de trabalho a CONTRATANTE fará a investigação social do futuro contratado, conforme determina a **IN 175-DG/PF/2020**.

Os padrões mínimos de qualidade da prestação dos serviços serão avaliados conforme o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo do Termo de Referência.

## Requisitos de Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do serviço.

## Requisitos de Garantia Contratual

Prestação de garantia no valor de 5% (cinco) por cento do valor do contrato.

## Requisitos de Sustentabilidade

A presente contratação observará os critérios e práticas de sustentabilidade previstos na **Lei nº 14.133/2021** (arts. 5º e 11), na **Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021**, em consonância com a **Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)** e o **Decreto nº 10.936/2022**.

Os requisitos estão diretamente relacionados às atribuições do **Técnico em Edificações**, considerando seu papel de apoio técnico em manutenção predial, acompanhamento de obras e fiscalização de serviços.

### 1. Diretrizes aplicáveis ao objeto

- Promover a **eficiência energética e hídrica** nas rotinas de manutenção predial sob sua supervisão, propondo medidas de uso racional de energia e de água.

- Priorizar, em especificações e pareceres técnicos, o uso de **materiais e soluções construtivas sustentáveis**, de maior durabilidade e menor impacto ambiental.
- Orientar e apoiar a SR/PF/RN na **gestão de resíduos de obras e manutenções**, garantindo conformidade com a PNRS e normas ambientais vigentes.
- Considerar o **ciclo de vida dos materiais** utilizados em reformas e serviços, evitando desperdícios e incentivando práticas de reaproveitamento ou reciclagem.

## 2. Obrigações da contratada

A empresa contratada deverá assegurar que o profissional designado:

- Possua **conhecimento atualizado** em normas ambientais e práticas de sustentabilidade aplicáveis à área de edificações;
- Apoie a SR/PF/RN na **identificação e mitigação de impactos ambientais** decorrentes de manutenções prediais, reformas ou pequenas obras;
- Atue na **fiscalização de serviços terceirizados de engenharia**, com vistas à correta segregação e destinação de resíduos sólidos gerados;
- Proponha, sempre que cabível, **soluções que privilegiem a utilização de materiais de origem sustentável** (ex.: madeira legalizada, produtos com certificação ambiental);
- Registre em **relatórios técnicos** as recomendações e práticas de sustentabilidade adotadas durante a execução dos serviços.

## 3. Exemplos de práticas sustentáveis vinculadas à função

- Recomendar instalação de **sistemas de iluminação eficiente** (LED, sensores de presença);
- Sugerir e acompanhar medidas de **reuso de águas cinzas** ou **captação de água da chuva** em reformas prediais;
- Apoiar a substituição de equipamentos e materiais por versões com **selo de eficiência energética (PBE/Inmetro)**;
- Orientar a correta **separação e destinação de entulhos de obra, resíduos recicláveis e rejeitos**;
- Indicar **soluções de economia circular** aplicáveis às obras e serviços de manutenção."

## Restrições à participação na licitação

Considerando que o objeto da contratação envolve serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, e que a execução demanda vínculo de subordinação jurídica, pessoalidade e habitualidade, fica vedada a participação de cooperativas, conforme entendimento consolidado na Súmula nº 281 do TCU e no Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o MPT.

Da mesma forma, fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto da contratação não apresenta complexidade técnica ou vulto financeiro que justifique tal formação, podendo inclusive comprometer a competitividade do certame.

## 5. Levantamento de Mercado

Alternativas usualmente aplicadas nos contratos administrativos para os serviços de fornecimento de mão de obras são: contrato por eventos, o contrato por postos e o Contrato por hora.

A seguir apresenta-se a análise comparativa:

Modalidade	Eficiência administrativa	Custos diretos e indiretos	Riscos de continuidade	Competitividade	Conclusão
<b>Contrato por eventos</b>	Gestão complexa: cada demanda exige abertura de ordem de serviço.	Custos indiretos elevados: mobilização pontual, atraso no atendimento, retrabalho.	Alto risco: atividades do GTED são contínuas e não podem aguardar.	Pouca aderência do mercado a esse modelo em funções técnicas.	Inviável – não atende à natureza continuada da demanda.
<b>Contrato por hora trabalhada</b>	Exige controle minucioso da jornada, sobrecarregando a gestão.	Custos imprevisíveis, risco de sobrepreço por horas extras.	Risco médio/alto: ausência do profissional compromete prazos e fiscalização.	Pouco atrativo para empresas que atuam com alocação fixa de profissionais.	Inviável – não garante regularidade nem previsibilidade.
<b>Contrato por posto de trabalho (dedicação exclusiva)</b>	Simplifica a gestão contratual, garante presença diária e contínua.	Custos fixos e previsíveis, favorecendo o planejamento orçamentário.	Reduz a risco de descontinuidade, assegura suporte técnico constante.	Ampla competitividade: modelo consolidado no mercado de terceirização.	Solução adequada e mais vantajosa.

Com base na análise acima e em conformidade com o **art. 18, §1º, V, da Lei nº 14.133/2021**, a modalidade que melhor atende às necessidades da Administração é a **contratação por posto de trabalho em regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, pois:

- Garante previsibilidade, reduz retrabalho e simplifica a fiscalização contratual - **Eficiência administrativa;**
- Oferece estabilidade e planejamento financeiro, evitando fragmentação de despesas e riscos de sobrepreço - **Custos diretos e indiretos;**
- Assegura atendimento diário e permanente às demandas técnicas do GTED/SELOG/SR/PF/RN (cerca de 450 processos/ano, 180 atestos, 4 projetos básicos e 50 reuniões técnicas) - **Continuidade do serviço;**
- Amplia o leque de fornecedores, sendo prática consolidada em contratações semelhantes, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa - **Competitividade do mercado.**

Demonstrando assim, a escolha pela contratação por **posto de trabalho com dedicação exclusiva** tratar-se da solução **mais eficiente, econômica, competitiva e juridicamente adequada**, com a carga horária semanais de 44 (quarenta e quatro) horas distribuídas de segunda a sexta-feira, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, já incluído o intervalo para repouso e alimentação, conforme suas Convenções Coletivas de Trabalho, para o atendimento da demanda da SR/PF/RN.

Definida essa linha de atuação, é necessário proceder ao levantamento de preços dos insumos a fim de construir o valor de referência do serviço. Em observância ao disposto na IN SEGES/ME n.º 65/2021 e suas alterações, foram utilizados os seguintes meios de precificação dos serviços:

- **Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria;**

- **Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços.**

Saliente-se por oportuno que algumas categorias não estão expressamente registradas nas CCT's. Desse modo, será necessário o ajustamento equiparado das atribuições com outra categoria para garantir os benefícios constantes das CCT's . Ainda nessa linha de raciocínio, deve-se constar no Termo de Referência, que as empresas interessadas poderão utilizar como CCT aquele que abrange a atividade preponderante da empresa.

## 6. Descrição da solução como um todo

O serviço a ser contratado é de natureza continuada, de empresa especializada na **prestação de serviços** de Técnico em Edificações, com dedicação exclusiva de mão de obra, enquadra-se na classificação de **serviços comuns** devido ao fato de o objeto ser comumente contratado por demais Órgãos Públicos e empresas privadas, seus requisitos serem comuns e a demanda ser amplamente conhecida pelo mercado.

A prestação se dará de segunda a sexta-feira, no período diurno, com carga horária semanal de 44 horas semanais, conforme estipulado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) adotada.

A exigência de atestados de capacidade técnica e econômica, conforme expresso anteriormente,, se justifica como prova de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais, e como barreira para empresas recém-abertas e sem expertise no mercado e sem qualificações utilize um contrato da Polícia Federal para experimentação, colocando em risco os serviços fins do Órgão.

Não haverá necessidade de adequação do ambiente de trabalho.

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

A prestação de serviços objeto deste processo, tendo em vista a descrição do Código Brasileiro de Ocupações (CBO) e necessidades da Contratante, será executada por meio das seguintes tarefas básicas:

**Atribuições para o técnico em edificações:**

1. Colaborar, com o Grupo Técnico em Edificações - **GTED**, dentro do campo da ciência em que estiver envolvido.
2. Elaborar desenhos técnicos com a utilização de softwares da área de engenharia e desenvolver cálculos;
3. Providenciar documentos e os encaminhando para aprovação pelos órgãos competentes; Controlar prazos e solicitar aprovação de vistoria;
4. Organizar arquivos técnicos;
5. Elaborar orçamentos de obras e estudos comparativos de custos, de acordo com cronograma físico-financeiro; Elaborar plano de trabalho, definindo logística e propondo cronograma de execução;
6. Supervisionar canteiros de obras, instalações prediais e serviços de manutenção predial;
7. Elaborar e analisar relatórios técnicos;
8. Prestar assistência técnica para construção e reforma de obras e manutenção predial, realizando diagnósticos, propondo soluções técnicas e tecnológicas para realização de reparos e de revitalização ou modernização (retrofitting);
9. Utilizar sistemas/softwares de Gestão de Manutenção;
10. Prestar apoio a fiscalização técnica de contratos.

OCUPAÇÃO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
	Descrição Sumária

<p><b>Técnico Em Edificações</b></p>	<p>Realizam levantamentos topográficos e planialtimétricos. desenvolvem e legalizam projetos de edificações sob supervisão de um engenheiro civil; planejam a execução, orçam e providenciam suprimentos e supervisionam a execução de obras e serviços. Treinam mão-de-obra e realizam o controle tecnológico de materiais e do solo.</p> <p><b>Formação e Experiência</b></p> <p>Para o exercício dessas ocupações requer-se curso técnico em edificações, técnico em construção civil de várias modalidades, em nível médio, oferecidos pelas instituições de formação profissional e escolas técnicas, com registro no CREA. O desempenho pleno das atividades ocorre com pelo menos um ano de experiência na área.</p> <p><b>Condições Gerais de Exercício</b></p> <p>Trabalham na construção civil e indústrias de materiais para construção. podem, também, trabalhar em laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, planejamento, orçamento, projetos, gerenciamento, controle e execução de obras. trabalham em equipe, sob supervisão ocasional, com carteira assinada ou por conta própria. Atuam em ambientes fechados ou abertos, por rodízio de turnos. Frequentemente estão sujeitos ao trabalho em grandes alturas, expostos a ruídos, material tóxico e condições variáveis de temperatura.</p>
--------------------------------------	--

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### Estimativa das quantidades a serem contratadas

O Documento de Formalização da Demanda - DFD estipulou 01 (um) posto de trabalho de técnico em edificações, conforme processo SEI relacionado **08420.002675/2025-11**.

A área requisitante (GTED/SELOG/SR/PF/RN) apresentou os seguintes **indicadores médios anuais de demanda, conforme Documento de Formalização de Demanda:**

1.200 e-mails técnicos recebidos/enviados;

450 processos SEI gerenciados;

180 atestos de notas fiscais;

4 Projetos Básicos;

8 documentos técnicos diversos;

5 recebimentos de obras/serviços;

50 reuniões técnicas.

Atualmente, a equipe encontra-se sobrecarregada, considerando ainda a iminente aposentadoria de dois engenheiros e a jornada reduzida de outros servidores.

### Memória de cálculo

Processos e projetos técnicos → 20h/semana

Fiscalização de contratos e atestos → 12h/semana

Apoio administrativo/técnico (reuniões, documentos, e-mails) → 12h/semana.

**Total: 44h/semana → 1 posto de Técnico em Edificações.**

### Periodicidade e duração

**Periodicidade:** jornada de **44 horas semanais**, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

**Duração:** contrato com vigência de **24 meses**, prorrogável até 120 meses, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021 e conforme previsto no Termo de Referência.

### Conclusão

Assim, a definição de **01 (um) posto de Técnico em Edificações** encontra-se fundamentada na análise da demanda real da área requisitante, em sua carga de trabalho contínua e na necessidade de apoio técnico especializado."

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 115.374,05

**Valor anual (R\$):** 115.374,05

A base da composição do preço de serviço de terceirização é o custo direto da mão de obra alocada nos postos de trabalho acrescidos dos custos indiretos, da tributação sobre o faturamento e do lucro da empresa. Os custos diretos incluem, essencialmente: a remuneração do posto, os adicionais, os encargos sociais, os benefícios obrigatórios definidos em acordos ou convenções coletivas de trabalho, a provisão para a rescisão de profissionais e os custos com a reposição de profissionais ausentes. Todos esses custos são detalhados por meio de planilhas anexas às propostas de preços das licitantes vencedoras dos pregões.

Destaca-se que o valor a ser considerado para efeito de comparação e composição da pesquisa de preços é o valor do posto de trabalho e não do item da licitação, visto que existem licitações em que o item licitado contempla todos os postos e até mesmo postos de diversas categorias de empregados o que inviabilizaria qualquer tipo de comparação.

O valor apurado engloba os insumos, salários e demais benefícios das CCTs, tributos, custos indiretos e lucros, baseando-se nos seguintes elementos:

**Convenções Coletivas de Trabalho** dos serviços de terceirização de mão-de-obra, utilizados para inclusão dos benefícios diários e mensais tais como: Vale Transporte, Vale Alimentação, Auxílio Saúde, entre outros. Tendo em vista a inexistência de Piso Salarial vigente para a categoria de Técnico Industrial e suas diversas especialidades/modalidades, bem como de CCT específica para Técnico em Edificações, conforme consulta realizada junto ao Conselho de Técnicos do RN (documento SEI nº 61707071) e pesquisa na internet realizada pelo GTED/SELOG/SR/PF/RN e, ainda, considerando os valores médios de mercado constantes para a função no SINAPI/RN, adotou-se a seguinte Convenções Coletivas de Trabalho:

- **Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Norte 2024 /2026 (Número de Registro no MTE: RN000239/2024)**

Destaca-se que no momento da licitação, bem como quando da elaboração do Edital e do Termo de Referência, deverá haver regramento que obrigue as empresas a vincular sua proposta à convenção coletiva de trabalho a qual a empresa estará efetivamente submetida, a fim de garantir fidedignidade dos valores contratados e aos efetivos custos do serviço;



A **Planilha de Custos e Formação de Preços** usada para estimar o valor da contratação é baseada, com algumas alterações, na indicada no Anexo VII-D da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, constante do Portal de Compras do Governo Federal.

O detalhamento de cada um dos custos de salários, encargos, benefícios oriundos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, custos indiretos, tributação e lucro constam da Planilha de Custo e Formação de Preços (**em anexo**) e toda a documentação suporte (convenções coletivas utilizadas, consulta na internet e mesmo as planilhas em Excel contendo as fórmulas utilizadas para cálculo desses custos e formação do preço constam dos autos.

A viabilidade de utilização desses dados e valores apurados está no fato de que o salário é a principal variável na composição dos preços de postos de trabalhos de serviços de terceirização, uma vez que os encargos sociais e a tributação sobre o faturamento são previsões legais relativamente "fixas" e resultam, em última análise, da simples aplicação de percentuais sobre o salário; assim também, os demais custos tem relevância menor ou refletem estatísticas regionais de informações trabalhistas.

Para a composição dos custos referente aos serviços, devem ser atendidas as seguintes necessidades:

- Salários do terceirizado, conforme convenção coletiva de trabalho;
- Encargos previdenciários (GPS), fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e outras contribuições; benefícios anuais (13º salário, férias, adicional de férias)
- Benefícios mensais e diários (auxílio transporte, auxílio alimentação, seguro de vida, invalidez e funeral, plano de assistência médica, etc.)
- Adicional de periculosidade;
- Taxa de administração para os custos operacionais;
- Reposição de profissional durante ausências legais (férias, licenças, acidente de trabalho, etc). exames médicos admissionais;
- Impostos para faturamento aplicado a um único CNPJ (PIS, COFINS e ISS);
- Modalidade de contratação semi provisionado (valores pagos mensalmente já contempla provisão para pagamento de 13º salário e férias).

Os uniformes, quantidades e custos estimados estarão discriminados na planilha de custos (em Anexo I – Planilha Estimativa de Custos).

O conjunto deve ser entregue no início da execução do contrato, devendo ser substituído a cada 12 meses de contrato, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a comunicação por escrita da contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, com os seguintes parâmetros mínimos:

- Camisa: Gola polo, 100% algodão, mangas curtas e com emblema da empresa;
- Bota: cor e nylon, parte superior resistente à abrasão, material respirável, absorção de impacto, leve com solado de borracha;
- Meia Sport: atoalhada, mínimo 65% de algodão.

Os uniformes serão entregues no início da execução do contrato, sendo o contrato de 2 anos, no início do segundo ano será exigida a entrega dos mesmos quantitativos.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

**Natureza do serviço:** O objeto refere-se a um **posto único de trabalho**, atividade indivisível, que não pode ser fracionada entre fornecedores sem comprometer a continuidade.

**Eficiência e economicidade:** Dividir em frações (meio expediente, múltiplos fornecedores) elevaria custos indiretos e a complexidade da fiscalização, sem ganhos de eficiência.

**Prática de mercado:** A forma consolidada é a contratação por posto integral. Não há soluções disponíveis para fracionamento do serviço a ser contratado.

A contratação de **01 posto de Técnico em Edificações, em dedicação exclusiva**, é indivisível e não comporta parcelamento, sob pena de perda de eficiência e continuidade.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação pretendida trata de serviço de terceirização de mão de obra, não havendo contratações correlatas, uma vez que a contratação não se interliga com outra prestação de serviços. Também não haverá contratações interdependentes, uma vez que não há nenhum outro objeto que precise ser contratado para que haja a completa prestação do serviço pretendido.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Este tipo de contratação está alinhado com Plano Estratégico da Polícia Federal 2024-2027 e incluso no PCA 2025.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Como resultado a ser alcançado com a presente contratação, em termos de efetividade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, almeja-se:

- Diante do atual cenário do Setor, um aumento da produtividade do **GTED/SELOG/SR/PF/RN**, com a desconcentração das atividades acessórias de suporte, hoje a cargo de servidores efetivos, passando a ser destinadas a terceirizados;
- Economicidade na otimização dos recursos humanos;
- Melhoria das atividades de suporte ao Grupo Técnico em Edificações, com a especialização da terceirização.

## 13. Providências a serem Adotadas

A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;
- Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;
- Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;
- Levantamento de infraestrutura adequada e suficiente para acomodar o terceirizado, como mesas, cadeiras, computadores, etc.
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Os impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

Será dada prioridade para a contratação de empresa que adote critérios e práticas de sustentabilidade, conforme abaixo:

- Geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- Conscientização de seus empregados quanto às boas práticas ambientalmente sustentáveis, como:
- Adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis;
- Racionalização do consumo de energia (especialmente elétrica) e adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- Redução de produção de resíduos sólidos.

Como se trata de fornecimento de mão-de-obra com dedicação exclusiva para executar o serviço de Técnico de Edificações, quando da execução dos serviços a empresa contratada e seu funcionário deverão seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão. Assim, cabe à mão-de-obra empregada no âmbito da Polícia Federal, seguir as diretrizes que são de adoção obrigatória para os servidores efetivos da unidade administrativa na redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, na separação dos resíduos recicláveis que serão descartados e destinados às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

Dessa forma, considera-se que a presente contratação não apresenta impacto ambiental negativo.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável a contratação, tendo em vista a grande demanda do Grupo Técnico em Edificações do Rio Grande do Norte e o número reduzido de servidores neste setor. Isto posto, com a contratação do serviço de apoio técnico ora pleiteado para auxiliar os servidores efetivos nas atividades acessórias, será possível aumentar a produtividade.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FELIPE DE FREITAS FORMIGA**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/09/2025 às 09:24:42.